

CEMAF
ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Data: 22/2/2022

1.2. Horário: 10 às 12 horas

1.3. Local: Reunião virtual na Plataforma *Zoom Meeting*

1. Aprovação do Relatório do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa (PNA) ano-base 2020.

A Reunião do CEMAF foi iniciada pelo Juiz Auxiliar CG/CJF, João Batista Lazzari, que cumprimentou os presentes em nome do Ministro Jorge Mussi — justificando sua ausência — e registrou excusas pelo adiamento da reunião agendada anteriormente para novembro de 2021, o qual foi motivado por problema de saúde. Na sequência, passou a palavra para a Juíza Auxiliar CG/CJF, Daniela Pereira Madeira, que cumprimentou os presentes. Ao retomar a fala, o Juiz Auxiliar CG/CJF apresentou os itens da pauta e pediu que a Secretária do Centro de Estudos Juciários/CEJ, Deyst Deyster F. de Carvalho Caldas, conduzisse a apresentação do teor do Relatório PNA ano-base 2020, destacando as justificativas do porquê algumas escolas não cumpriram a meta. O Juiz Auxiliar CG/CJF deixou a palavra liberada aos representantes das escolas.

A Secretária do Centro de Estudos Juciários/CEJ registrou os pontos de destaque de cada indicador. A Assessora da EMAGIS 4R, Isabel Cristina L. Selau, justificou o desempenho da escola contextualizando o cenário de adaptação da EMAGIS à Pandemia COVID-19 e a oferta inicial de cursos de curta duração e *lives*, mas registrou que em 2021 a Escola já estava totalmente engajada no cursos virtuais. Esclareceu que, apesar de não terem cumprido a carga horária de 40h/a, houve um aumento no número de magistrados nos cursos ofertados, demonstrando, com isso, que houve uma mudança na metodologia, com diminuição de gastos e ganho no número de magistrados atingidos.

O Diretor EMAGIS 4R, Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira, cumprimentou os presentes e reforçou o que foi exposto pela Assessora da EMAGIS 4R, mencionando que os índices da Escola seriam diferentes se comparados com seu histórico.

A Diretora EMAG 3R, Desembargadora Federal Therezinha Cazerta, apontou que a mudança no formato de oferta de cursos gerou uma economia de gastos, todavia com maior investimento do orçamento nos cursos de formação, os quais ainda estavam na modalidade presencial, mas que logo diminuiu muito. Reforçou seu incômodo com a disparidade orçamentária existente entre as escolas, sugerindo que se pense em uma alternativa para buscar maior equilíbrio. Apontou, também, que a modalidade de cursos virtuais ganhou maior participação, mas que seria também importante se pensar em alternativa atrativa para se efetivar a adesão dos magistrados, que demonstram pouco interesse em comparecer aos cursos.

O Coordenador da ESMAFE 5R, Luiz Albuquerque Melo, concordou com o exposto pela Diretora EMAG 3R sobre a disparidade orçamentária entre as escolas e mencionou que o CTAP, preocupado com isso, incluiu esse ponto ao revisar os indicadores 2021/2022, possibilitando uma análise mais apurada do assunto.

A Assessora da EMAGIS 4R mencionou ter observado a disparidade orçamentária e relatou o método que foi adotado pela 4ª Região na distribuição do orçamento. Registrou, também, que, a exemplo do Indicador 1.6 – Percentual de magistrados que participaram, no mínimo, de uma ação de capacitação no ano –, em que a escola atingiu 62% (uma média superior a 59%, média das escolas), a EMAGIS não conseguiu atingir a meta de 40h/a, pois ofertou cursos de menor duração para atrair os juízes para uma nova modalidade *online*, mas que na média de magistrados formados não ficou tão mal.

O Juiz Auxiliar CG/CJF registrou que, antes da pandemia, existia uma programação de oferta de cursos planejada, a qual foi deixada de lado. Com isso, passou-se ao ajuste ao novo cenário com as *lives*, que não eram credenciadas, e à solução das dificuldades para compatibilizar os cursos a distância com atividades práticas, que passaram a ser credenciadas pela ENFAM. Registrou que houve avanços rápidos em 2020, mas que esses fatos justificam os índices

apresentados no relatório. Apresentou, também, que o baixo interesse dos magistrados em realizar cursos vai ser superado pelos novos critérios de promoção por merecimento, estabelecidos pela ENFAM, tema que será apresentado nesta reunião.

O Diretor EMAGIS 4R acrescentou que se deve rever a questão da diferença orçamentária, tomando como parâmetro o que foi feito na 4ª Região, tendo em vista que, mesmo com esse valor a maior, muitas vezes não é suficiente para atender à demanda e que, com os novos critérios estabelecidos pela ENFAM, será necessário a realização de mais cursos e, conseqüentemente, mais recursos.

A Diretora EMAG 3R agradeceu a informação trazida pela Assessora da EMAGIS 4R, de forma clara e transparente, sobre como foi estabelecido o critério de distribuição orçamentária, e registrou a necessidade de se buscar uma forma de equalizar essa situação.

O Presidente da AJUFE, Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, reforçou a necessidade de incentivar mais a participação dos juízes nos cursos ofertados. Mencionou que, quando ministrou cursos, gostou da combinação entre as escolas que destinaram vagas para juízes de outros tribunais, e que isso deve ser incentivado. Reforçou que as escolas podem continuar contando com a AJUFE e acredita que o futuro é a combinação dos cursos nas modalidades presencial e virtual.

O Juiz Auxiliar CG/CJF registrou sua dúvida sobre a autonomia de cada tribunal na questão da distribuição orçamentária. A Diretora EMAG 3R esclareceu que existe, sim, autonomia orçamentária em cada tribunal, mas que esse fato acaba engessando a atuação das escolas. Ressaltou a necessidade de se discutir o tema entre o CJF, a ENFAM e os tribunais, através de um grupo de trabalho. A Assessora da EMAGIS 4R concordou com a ideia de se criar um grupo de trabalho entre os tribunais para que sejam apresentadas as realidades de cada regional. Registrou, também, que, com a publicação da Resolução CNJ n. 439/2022, que autoriza os tribunais a instituírem programas de residência judicial, poderá haver impacto no orçamento das escolas, pois uma parte do programa é formação de magistrados. Afirmou que não se sabe se será implantado ou não, mas que este é mais um ponto a ser considerado.

A Juíza Auxiliar CG/CJF sugeriu que seja dado encaminhamento pelos tribunais à solicitação de reavaliação/atualização do orçamento para formação dos magistrados, tendo em vista os incrementos surgidos desde 2016 e a autonomia dos tribunais. A Diretora EMAG 3R mencionou que o engessamento do orçamento se deu com a publicação da EC n. 95/2016, que só tem atualização monetária, e que vê possibilidade de se criar parâmetros/recomendações para, por exemplo, estabelecer diretrizes que contemplem o número de magistrados por escola. O Juiz Auxiliar CG/CJF sugeriu levar esse assunto ao CTAP e convidar servidores da área orçamentária do CJF para discutir possível equalização de recursos, com posterior retomada do assunto pelo CEMAF. O Diretor EMAGIS 4R reforçou o que o Juiz Auxiliar CG/CJF propôs, afirmando que se deve tirar algo de concreto sobre esse ponto, tendo em vista a possibilidade de igualar os critérios de distribuição orçamentária.

O Juiz Auxiliar CG/CJF encerrou este item com a aprovação do Relatório do PNA ano-base 2020, Anexo I desta ata.

2. Aprovação dos indicadores do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa (PNA) para o biênio 2021/2022.

O Juiz Auxiliar CG/CJF apresentou o segundo item da pauta e passou a palavra para a servidora do CEJ/CJF Surama Artiaga, que expôs os indicadores do biênio 2021/2022, mencionando que eles foram reavaliados pelo CTAP depois da análise explorativa do relatório aprovado no item anterior, bem como depois da publicação da Resolução ENFAM n. 09/2021, que trouxe alterações no critério de carga horária para fins de promoção na carreira. O Juiz Auxiliar CG/CJF falou que o CEJ está se organizando para realizar ações em conjunto com as escolas, no sentido de favorecer o Indicador 13 – Percentual de iniciativa realizadas em conjunto entre o CEJ e as escolas ou entre uma região em relação ao total de ações de cada região.

A Diretora EMAG 3R chamou a atenção sobre uma incoerência contida na ficha dos indicadores, entre o objetivo dos Indicadores 2 e 3 e suas descrições. A servidora do CEJ/CJF agradeceu o olhar acurado e registrou que a correção será realizada.

O Juiz Auxiliar CG/CJF fechou este item dando como aprovados os Indicadores para o biênio 2021/2022, Anexo II desta ata, com a expectativa de adequação futura, considerando a possibilidade de encerramento da Pandemia COVID-19 ou novas adaptações da ENFAM, no cenário pandêmico.

3. Proposta de ações em conjunto entre as Escolas de Magistratura Federal e o Centro de Estudos Judiciários.

O Juiz Auxiliar CG/CJF passou a palavra para a Secretária do Centro de Estudos Judiciários/CEJ, que apresentou os eventos em andamento, mencionando que nada impede de que novas ações sejam incluídas. A Secretária do CEJ expôs duas ações programadas para o primeiro semestre, quais sejam: Improbidade Administrativa e LGPD e Lei de Normas do Direito Brasileiro (Jornada de Direito Civil). O Juiz Auxiliar CG/CJF esclareceu que a Jornada de Direito Civil será presencial e que ainda está na fase de recebimento de enunciados. Solicitou colaboração das escolas na divulgação dessa fase para alcançar um número significativo de enunciados, tendo em vista a importância do tema.

A Juíza Auxiliar CG/CJF informou às escolas que existe um passo a passo para a elaboração e inscrição dos enunciados e solicitou divulgação desse modelo, a fim de garantir que as propostas sejam conhecidas. Mencionou, também, que o evento terá a participação do Ministro Jorge Mussi e que será a maior jornada deste ano, considerando a presença, inclusive, de ministros. O Juiz Auxiliar CG/CJF convidou, de forma especial, os diretores das escolas a participarem da Jornada de Direito Civil, ressaltando a importância dessa presença. O Diretor EMAGIS 4R confirmou sua presença. O Presidente da AJUFE se comprometeu a divulgar o evento. O Juiz Auxiliar CG/CJF solicitou que a Diretora da DIPRO/SCE/CJF, Maria Amélia Mazzola, envie às Escolas o passo a passo para remessa de propostas de enunciados.

O Juiz Auxiliar CG/CJF informou que nos dias 9 e 10 de junho será realizado, no formato presencial, o Seminário de Lavagem de Dinheiro e Sistema Financeiro, em Florianópolis, com apoio da EMAGIS 4R e presença de ministros do STJ da área criminal e juízes especialistas nessa área, além de outros magistrados.

O Juiz Auxiliar CG/CJF informou, também, que está em fase de finalização a 1ª Jornada de Direito Notarial e Registral a ser realizada nos dias 4 e 5 de agosto, em Recife, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR). Esclareceu que a referida jornada trará o tema da segurança jurídica, assunto pouco trabalhado até o momento no âmbito do Poder Judiciário, mas com implicações importantes no cenário da Justiça Federal no quesito desapropriação; ações fiscais; questões ambientais, além da previsão de convênio com os cartórios para atender às questões do INSS. O Diretor da EMAGIS 4R reforçou o que foi exposto pelo Juiz Auxiliar CG/CJF quanto à importância do tema na Justiça Federal, registrando um exemplo vivenciado por ele, e se comprometeu a levar o caso explanado como proposta de enunciado. A Diretora da SCE/CJF apresentou a programação da jornada.

4. Critérios de pontuação ou valoração de aperfeiçoamento para promoção de magistrados, conforme Resolução ENFAM N. 08/2021.

O Juiz Auxiliar CG/CJF abriu esse item da pauta mencionando que a publicação da Resolução ENFAM n. 08/2021 veio para atender à Resolução CNJ n. 106/2010. Apresentou os critérios de pontuação para promoção constantes do Anexo da citada resolução da ENFAM, destacando a importância dada aos cursos credenciados e a adoção contínua do aperfeiçoamento dos magistrados. Lembrou que está em andamento o primeiro curso de especialização realizado em conjunto entre CEJ, ENFAM e CNJ, com expectativa de que, ao término da primeira turma, a oferta de novas vagas seja contínua.

O Diretor da EMAGIS 4R afirmou que essa nova formatação dada à promoção vai gerar estímulo forçado à formação constante para que se tenha competitividade. Reforçou que, no tocante às escolas, vai crescer a responsabilidade na harmonização entre os anseios dos magistrados, na escolha das suas formações, e o que as escolas acham importante. No tocante à motivação, afirmou que ainda existem pontos de conflito relativos à automaticidade da promoção, a qual retira de quem vota a discricionariedade, gerando, com isso, um certo desconforto e críticas. Ressaltou que existe um movimento (*vacatio legis*) no sentido de se buscar espaço para a discricionariedade na escolha da lista.

O Juiz Auxiliar CG/CJF lembrou que há 15 dias, num fórum com os Corregedores, em São Paulo, foi apresentado o assunto, com grande preocupação, o que desencadeou a sugestão de uma proposta ao CNJ de *vacation legis* de um ano, até que se encerrem as promoções em andamento em 2022. Acrescentou que no dia 21 de fevereiro, em reunião do Colegiado do CJF, os presidentes dos tribunais pediram uma reunião com o Ministro Jorge Mussi, na qual externaram preocupação de que eventual pedido ao CNJ poderia ensejar uma negativa. Esclareceu que, como os regimentos dos tribunais não foram modificados para se adaptarem ao critério da trimédia, a solução seria seguir os regimentos internos.

O Presidente da AJUFE expôs, também, sua preocupação e mencionou a alternativa da *vacatio legis*.

O Juiz Auxiliar CG/CJF encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos e mencionando a importância deste encontro. Passou então a palavra a quem quisesse se manifestar. A Diretora EMAG 3R aproveitou a oportunidade para se despedir de todos, pois deixará a direção da escola, afirmando ter muito apreço pelo tema formação de magistrados e parabenizando a todos pelo trabalho técnico cuidadoso que tem sido realizado. O Juiz Auxiliar CG/CJF agradeceu a participação primorosa da Diretora da EMAG 3R, afirmando que todos sentirão sua ausência. O Diretor da EMAGIS 4R agradeceu a participação na sua primeira reunião, registrando sua felicidade em fazer parte e se colocando à disposição dos colegas. O Presidente da AJUFE agradeceu aos presentes e enalteceu a dedicação do trabalho realizado pela Diretora da EMAG 3R.

ENCAMINHAMENTOS

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEL
Preparar reunião sobre a equalização orçamentária entre as Escolas de Magistratura Federal.	Mar/2022	Servidora do gabinete SCE/CJF
Debater a equalização orçamentária entre as escolas, com a participação da unidade de orçamento do CJF.	Abr/2022	CTAP
Enviar o passo a passo para inscrição de propostas de enunciados para as Escolas de Magistratura Federal.	Fev/2022	Diretora da DIPRO/SCE/CJF
Enviar a programação da 1ª Jornada de Direito Notarial e Registral aos membros do CEMAF.	Fev/2022	Diretora da DIPRO/SCE/CJF

PARTICIPANTES

CARGO	NOME	ORIGEM	E-MAIL
Desembargadora Federal	Therezinha Cazerta	Diretora EMAG 3R	emag@trf3.jus.br
Desembargador Federal	João Batista Pinto Silveira	Diretor EMAGIS 4R	emagis@trf4.jus.br
Presidente	Eduardo André Brandão de Brito Fernandes	AJUFE	presidencia@ajufe.org.br
Secretária Executiva	Gabriela Artiaga	ESMAF 1R	esmaf@trf1.jus.br
Servidora	Caciane Barbosa O. A. Valente	ESMAF 1R	caciane.valente@trf1.jus.br
Assessora	Dayana Rosa dos Santos	EMAG 3R	dayrosa@trf3.jus.br
Assessora	Isabel Cristina L. Selau	EMAGIS 4R	icl@trf4.jus.br
Coordenador	Luiz Albuquerque Melo	ESMAFE 5R	luiz@trf5.jus.br
Juiz Federal	João Batista Lazzari	Juiz Auxiliar SCG/CJF	lazzari@trf4.jus.br
Juíza Federal	Daniela Pereira Madeira	Juíza Auxiliar SCG/CJF	daniela.madeira@cjf.jus.br
Secretária	Deyst Deysther F. de C. Caldas	SCE/CEJ	deysth@cjf.jus.br
Assessor	Kleb Amâncio	SCE/CEJ	kleb@cjf.jus.br
Diretora	Maria Amélia Mazzola	SCE/CJF	maria.mazzola@cjf.jus.br

Servidora	Surama Artiaga	SCE/CJF	surama@cjf.jus.br
-----------	----------------	---------	-------------------